

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 178/XIII/ 4.ª SL

Aos 17 dias do mês de julho de 2019, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

14:30 Audição da Ministra da Saúde para esclarecimentos, no seguimento dos seguintes requerimentos: Requerimento do PS, no âmbito da especialidade do P JL n.º 1221XIII4.ª BE, sobre a «Dispensa a cobrança de taxa moderadora nos cuidados de saúde primários e nas demais prestações de saúde sempre que a origem de referenciação para estas for o SNS»; Requerimento do PSD, sobre «atrasos verificados na realização de exames para doentes oncológicos»; Requerimentos do PCP e BE (2), sobre «as parcerias público-privadas de Cascais, Loures e Vila Franca de Xira»; Requerimento do PSD, sobre a «não administração de tratamentos para doentes com Hepatite C nos Hospitais do SNS»; Requerimentos do BE e do PSD, «sobre o possível encerramento das urgências de obstetrícia durante o verão, num esquema de rotatividade, na região de Lisboa».

14:30 Audição da Ministra da Saúde para esclarecimentos, no seguimento dos seguintes requerimentos: Requerimento do PS, no âmbito da especialidade do P JL n.º 1221XIII4.ª BE, «Dispensa a cobrança de taxa moderadora nos cuidados de saúde primários e nas demais prestações de saúde sempre que a origem de referenciação para estas for o SNS»; Requerimento do PSD, sobre «atrasos verificados na realização de exames para doentes oncológicos»; Requerimentos do PCP e BE (2), sobre «as parcerias público-privadas de Cascais, Loures e Vila Franca de Xira»; Requerimento do PSD, sobre a «não administração de tratamentos para doentes com Hepatite C nos Hospitais do SNS»; Requerimentos do BE e do PSD, «sobre o possível encerramento das urgências de obstetrícia durante o verão, num esquema de rotatividade, na região de Lisboa

Antes de iniciar a audição, o Presidente deu conta de que seria feito um intervalo na audição, a meio da tarde, para que os Deputados pudessem proceder à discussão e votação na especialidade do P JL n.º 1221/XIII/4.ª BE, sobre a dispensa de cobrança de taxas moderadoras nos cuidados de saúde primários e nas demais prestações de



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 178/XIII/ 4.ª SL

saúde sempre que a origem de referenciação for o SNS. Informou terem dado entrada duas propostas de alteração, do PCP e do PS, que foram distribuídas.

Requerimento do PS, no âmbito da especialidade do PJI n.º 1221XIII4.ª BE, «Dispensa a cobrança de taxa moderadora nos cuidados de saúde primários e nas demais prestações de saúde sempre que a origem de referenciação para estas for o SNS»

O Presidente cumprimentou a Ministra da Saúde, Marta Temido, que veio acompanhada pelo Secretário de Estado Adjunto e da Saúde (SEAS), Francisco Ramos, e pela Secretária de Estado da Saúde (SES), Raquel Duarte. Agradeceu à Ministra e Secretários de Estado a presença nesta Comissão, por muitas vezes ao longo da legislatura, dado o elevado número de requerimentos que foram aprovados, e deu conta da metodologia e grelha de tempos que vão ser utilizadas.

De seguida deu a palavra à Deputada Jamila Madeira, que justificou este pedido de audição pelo facto da iniciativa do BE ([PJI n.º 1221/XIII/4.ª](#)) propor uma solução, no respeitante às taxas moderadoras, diferente da que consta da Lei de Bases da Saúde. A proposta de alteração do PS pretende acautelar que as medidas sejam acompanhadas de uma lógica de execução orçamental e perguntou qual seria a correta orientação sobre esta matéria e a melhor forma de implementar a sua regulamentação.

A Deputada Ana Oliveira perguntou qual o entendimento da Ministra da Saúde sobre o papel das taxas moderadoras, se são cofinanciamento ou receita, se concorda com as medidas propostas e quais os moldes em que o Governo definirá o seu enquadramento.

O Deputado Moisés Ferreira entende que esta iniciativa, que foi aprovada na generalidade, vai ao encontro do entendimento da Ministra da Saúde no sentido de que as taxas moderadoras não podem servir para o financiamento do SNS, dizendo que está disponível para aceitar alterações e perguntando se não é nesta direção que o Governo quer avançar.

A Deputada Isabel Galriça Neto manifestou a opinião de que é positiva uma clarificação nesta matéria, reiterando a posição responsável do CDS-PP, que pensa que não se deverá dizer que ficam isentos todos os portugueses, perguntando à Ministra da Saúde com que deverão contar de facto.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 178/XIII/ 4.ª SL

A Deputada Carla Cruz recordou que o PCP tem sido sempre contra as taxas moderadoras e explicou o sentido e objetivos das propostas de alteração ao P.J.L. n.º 1221/XIII/4.ª BE, que foram apresentadas.

A Ministra da Saúde usou da palavra para responder às questões colocadas, frisando que as taxas moderadoras só são enquadráveis na Constituição porque não são cofinanciamento, mas apenas instrumento de controlo e para que não haja consumo desproporcionado. Explicou o que consta da P.P.L. do Governo quanto à Lei de Bases, lembrou que estavam isentos, em abril de 2019, cerca de 5 milhões e 700 mil portugueses e que considera que o correto será haver legislação de regulamentação e desenvolvimento desta matéria, em articulação com a DGS e a ACSS.

Na 2.ª ronda usaram da palavra, para pedir esclarecimentos adicionais, os Deputados Ana Oliveira, Jânila Madeira, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, tendo os esclarecimentos sido prestados pela Ministra da Saúde, e complementados pelo SEAS.

Foram apresentadas duas interpelações, relativas às declarações do SEAS, pelos Deputados Ricardo Baptista Leite e Isabel Galriça Neto.

Requerimento do PSD, sobre «atrasos verificados na realização de exames para doentes oncológicos»

O Deputado Cristóvão Norte apresentou o requerimento do PSD, que solicita esclarecimentos sobre o atraso na realização de exames para doentes oncológicos, lembrando que já na última audição regimental confrontou a Ministra com esta questão, e pedindo informações sobre o que levou à ocorrência dos problemas a que se refere o requerimento.

Usaram ainda da palavra os Deputados Joana Lima, que agradeceu a oportunidade de se debater este assunto na Comissão; Moisés Ferreira, que disse ser necessário saber, na sequência de investigação que terá sido feita sobre os acontecimentos, se foi um caso isolado ou se houve outras ocorrências; Isabel Galriça Neto, que pediu à Ministra que pudesse facultar dados adicionais aos já obtidos na audição do CHUA, perguntando se há problemas orçamentais e o que se está a passar neste momento; Carla Cruz, que referiu que o PCP lamenta o que se passou, que foi dito noutras audições que nenhuma análise ficou por fazer por falta de financiamento, pedindo à Ministra que informe sobre esta questão.

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 178/XIII/ 4.ª SL

A Ministra da Saúde fez alguns comentários sobre esta problemática e lembrou que existe um inquérito em curso, sendo necessário aguardar pela sua conclusão para conhecer as razões e a forma como tudo tramitou.

Na 2.ª ronda foram ainda pedidos esclarecimentos adicionais pelos Deputados Cristóvão Norte, Joana Lima, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, que foram prestados pela Ministra da Saúde.

Especialidade do Projeto de Lei n.º 1221/XIII/4.ª BE

Neste ponto da ordem do dia suspendeu-se a audição da Ministra da Saúde, para proceder à discussão e votação na especialidade do P JL n.º 1221/XIII/4.ª BE e das propostas de alteração apresentadas pelo PCP (*alteração das alíneas a) e b) e aditamento da alínea j) no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro, constante do artigo 2.º do P JL e aditamento de um novo artigo 3.º ao P JL, que adita uma alínea o) ao n.º 1 do artigo 4.º do DL n.º 113/2011*) e pelo PS (*aditamento de um artigo 7.º-A ao DL n.º 113/2011*). O BE apresentou oralmente uma proposta de alteração ao artigo 3.º do P JL n.º 1221, para que passe a ter a seguinte redação: «*A presente lei entra em vigor com o orçamento de Estado subsequente à sua aprovação*». As votações efetuaram-se nos seguintes termos:

- Artigo 1.º do P JL n.º 1221 – aprovado por unanimidade;
- Propostas de alteração apresentadas pelo PCP – rejeitadas com os votos a favor do BE e do PCP e os votos contra do PSD, PS e CDS-PP;
- Alteração das alíneas a) e b) do artigo 8.º do DL n.º 113/2011, constantes do artigo 2.º do P JL n.º 1221 - rejeitadas com os votos a favor do BE e do PCP e os votos contra do PSD, PS e CDS-PP;
- Proposta de aditamento apresentada pelo PS, de aditamento do artigo 7.º -A ao DL n.º 113/2011 – aprovada por maioria, com os votos a favor do PS e do PCP, os votos contra do CDS-PP e a abstenção do PSD e do BE;
- Artigo 3.º do P JL n.º 1221, com a alteração apresentada oralmente pelo BE – aprovada por maioria, com os votos a favor do PSD, do BE e do PCP, os votos contra do CDS-PP e a abstenção do PS;
- Título – aprovado por unanimidade.

O Relatório de Discussão e Votação na especialidade será de seguida enviado ao PAR, para inclusão do Texto Final no guião de votações do plenário de 19 de julho.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 178/XIII/ 4.ª SL

- Requerimentos do PCP e BE (2), sobre «as parcerias público-privadas de Cascais, Loures e Vila Franca de Xira»

Retomando a audição da Ministra da Saúde, a Deputada Carla Cruz apresentou o requerimento do PCP, aludindo a uma reportagem sobre a gestão do Hospital de Cascais, onde foram sinalizadas práticas de falseamento de dados, atribuição incorreta de pulseiras prioritárias e manipulação do sistema de triagem com vista a aumentar o valor a recuperar pelo Estado. Tendo por base estas informações, questionou a ação do Executivo, estranhando o facto do Gestor Público da ARS nada ter reportado e nada ter feito face a práticas que lesam o Estado e os utentes.

O Deputado Moisés Ferreira apresentou ambos os requerimentos do BE (Cascais & Loures, Vila Franca de Xira), dando nota de notícias que relatam a existência de fraudes na gestão do Hospital de Cascais, com falseamento de triagens, fichas clínicas e métricas associadas, tudo com vista a aumentar o *case mix* e dessa forma obter maior rendimento no tratamento de pacientes. No que toca a Vila Franca de Xira, referiu a crónica falta de material e incumprimento de procedimentos no internamento de utentes, frisando não se tratar de situações esporádicas, mas sim de centenas de casos ao longo de quatro anos. Face à exposição pública do caso, questionou se o Governo pretende penalizar a entidade privada responsável pela gestão deste hospital. A final, deu nota de um possível caso de promiscuidade entre o setor público e privado no Hospital Beatriz Ângelo em Loures, onde um diretor clínico exerce funções em simultâneo no Hospital da Luz. Complementou, alertando para queixas de que utentes com quadros clínicos complexos estão a ser desviados para o Hospital Beatriz Ângelo, após esgotarem os limites dos seguros.

O Deputado Luís Vales e as Deputadas Maria da Luz Rosinha e Ana Rita Bessa, colocaram diversas questões, sobre a posição do Governo relativa à proposta do PS para a Lei de Bases da Saúde, sobre planos e prazos para obras no Hospital de Vila Franca de Xira e se o Governo está a aplicar o mesmo grau de exigência na avaliação dos Hospitais em regime de parceria público-privadas e nos de gestão estritamente pública.

Em resposta, a Ministra da Saúde, no que se refere ao Hospital de Cascais, confirmou ter conhecimento da eventual alteração de resultados clínicos no sistema de triagem do serviço de urgência efetuadas com vista a obviar a responsabilidade de cumprimento dos tempos mínimos de espera, bem como da alteração de dados

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 178/XIII/ 4.ª SL

clínicos com o objetivo de aumentar a remuneração a pagar pelo Estado à entidade responsável pela gestão do hospital. Nesta matéria, informou que o Governo determinou a realização de uma auditoria de fiscalização ao cumprimento das questões contratuais, executada através de dois vetores: gestão do serviço de urgência e tratamento da informação relativo à atividade processual. Neste âmbito, deu nota da realização de duas visitas ao Hospital, existindo mais diligências em curso relativas à mesma matéria, a cargo de outras entidades do Estado. Afirmou que independentemente da natureza da entidade responsável pela gestão do hospital, os critérios de avaliação e fiscalização são iguais. Sem prejuízo deste facto, concordou que no caso de parcerias público-privadas, a própria natureza do contrato pode suscitar comportamentos oportunistas com vista a maximização dos lucros, razão pela qual foram definidas equipas específicas para efetuar o acompanhamento. Em síntese, confirmou que existe um risco acrescido e que tal implica procedimentos excecionais de controlo e fiscalização. Quanto ao caso de Vila Franca de Xira, esclareceu que os critérios de qualidade definidos para aquele Hospital são particularmente exigentes e que provavelmente foram sobrestimados face à capacidade de resposta realizada. Com vista a solucionar a matéria, o Hospital procurou reajustar procedimentos e adotar novas estratégias, tendo a ARSLVT dado autorização para alterações à disposição de recursos, incluindo a reconversão de espaços para aumento da capacidade de internamento. Confirmou que esta situação não é tema exclusivo de Hospitais em regime de PPP, repartindo a responsabilidade da resolução por quem gere o contrato e por quem o executa. Relativamente à acumulação de funções de um diretor adjunto do Hospital Beatriz Ângelo, confirmou a sobreposição, frisando que o estatuto do gestor público não considera estas atividades incompatíveis. Não obstante, relatou que este caso foi alvo de escrutínio, não tendo sido detetadas quaisquer anomalias de relevo no encaminhamento de doentes entre o Hospital da Luz e Beatriz Ângelo.

Na 2.ª ronda foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Deputados Luís Vales, João Gouveia, Moisés Ferreira, Ana Rita Bessa e Carla Cruz, que foram prestados pela Ministra da Saúde.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 178/XIII/ 4.º SL

- Requerimento do PSD, sobre a «não administração de tratamentos para doentes com Hepatite C nos Hospitais do SNS»

O Deputado Ricardo Baptista Leite apresentou o [requerimento do PSD](#) sobre a não administração de tratamentos nos hospitais do SNS aos doentes com hepatite C, lembrando que a Comissão realizou outras audições sobre esta matéria e que há efetivamente uma desaceleração no processo de tratamento destes doentes. Perguntou se a alteração do modelo de financiamento pode estar a dificultar e o que se passa com as prisões.

Fizeram intervenções os Deputados Maria Antónia Almeida Santos, que pediu à Ministra que se pronunciasse sobre as afirmações de que estaria a haver uma demora injustificável nestes tratamentos; Moisés Ferreira, que quis também ouvir a opinião da Ministra sobre esta questão, perguntando também se há conhecimento de que os problemas financeiros tenham atrasado os tratamentos em alguma instituição; Isabel Galriça Neto, que perguntou se face aos relatos de atrasos nos tratamentos há disponibilidade para estudar outro modelo e o que se passa com os doentes nas prisões, perguntando se está colocada a hipótese de alterar o modelo de financiamento; Carla Cruz, que perguntou o que vai o Governo fazer para que sejam dadas orientações claras aos hospitais no sentido de que os tratamentos sejam céleres, pedindo ainda que sejam feitas diligências para averiguar se estão a ser cobradas taxas moderadoras a estes doentes, porque há relatos nesse sentido.

A SES deu conta dos passos necessários para se aceder aos tratamentos, explicando como funciona o protocolo celebrado com as prisões, que está já a ser aplicado em 28 estabelecimentos prisionais, e que permite agilizar o tratamento. O que tem constituído uma barreira à extensão a outros estabelecimentos tem sido a questão informática.

Na 2.ª ronda formularam ainda perguntas os Deputados Ricardo Baptista Leite, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, que foram respondidas pela Ministra da Saúde, que deu informações sobre o modelo de financiamento.

- Requerimentos do BE e do PSD, «sobre o possível encerramento das urgências de obstetrícia durante o verão, num esquema de rotatividade, na região de Lisboa

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o [requerimento do BE](#), que questiona sobre o possível encerramento das urgências de obstetrícia durante o verão, em Lisboa, de



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 178/XIII/ 4.ª SL

forma rotativa, perguntando quantos profissionais serão contratados e se isso já está a acontecer neste momento.

A Deputada Ana Sofia Bettencourt apresentou o [requerimento do PSD](#), recordando o que tem vindo a ser notícia nesta matéria e a recente alteração no sentido de não se optar pelo modelo rotativo, perguntando como pode o Governo tomar decisões em junho, para o mês de julho, tendo até em conta as muitas dificuldades no preenchimento das escalas.

Usaram ainda da palavra, para comentar e colocar questões, os Deputados Catarina Marcelino, que frisou que a rotatividade não é o mesmo que encerramento, perguntando se não estava sempre assegurado o acesso às grávidas, saudando o Governo e a ARS que, perante dificuldades, tomaram as decisões que se impunham e acrescentando que a Ordem dos Médicos criou alarme social, o que é lamentável, até por se tratar de uma área tão sensível; Isabel Galriça Neto, que disse que a situação, neste setor, se tem agravado e que o problema das maternidades ultrapassa Lisboa, perguntando se está no horizonte do Governo encerrar maternidades e se as escalas de julho já estão fechadas; Carla Cruz, que considera que é preciso resolver a falta de profissionais (de obstetras e pediatras) e que a opção nunca poderá ser a de encerrar, perguntando o que diz o Governo quanto às medidas de emergência, que medidas estruturais estão a ser pensadas e se a exclusividade não poderá ser uma saída.

A Ministra da Saúde explicou como tinha surgido a proposta de rotatividade, que é uma proposta antiga que nunca foi aprovada, mas que não implica contudo qualquer encerramento. De facto, a rotatividade é o encaminhamento de ambulâncias do INEM através do CODU, de forma programada, por escalas. As escalas não são conhecidas com a antecedência que seria desejável, há um esforço grande dos profissionais para que sejam asseguradas, e é isso que acontece com as de julho, estando agora a ser programadas as de agosto. Quanto à ideia da dedicação exclusiva, é verdade que está a ganhar espaço, mas estava prevista no programa de Governo e está na Lei de Bases que vai a votação na próxima sexta-feira.

Na 2.ª ronda fizeram intervenções os Deputados Ana Sofia Bettencourt, Catarina Marcelino, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, colocando questões que foram respondidas pela Ministra.

O Deputado Ricardo Baptista Leite, agradecendo à Ministra a presença nesta última audição, usou da palavra para chamar a atenção para a situação de emergência



COMISSÃO DE SAÚDE

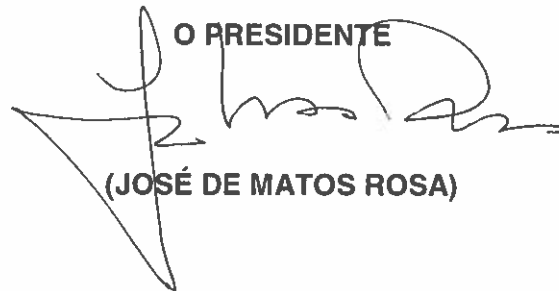
ATA NÚMERO 178/XIII/ 4.ª SL

anunciada na República do Congo, por causa do ébola, que está a espalhar-se. Considera que é determinante haver uma resposta por parte da Europa.

O Presidente agradeceu à equipa do Governo a presença nesta audição e toda a colaboração que prestaram ao longo da legislatura.

A reunião foi encerrada às 19:45 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo o seu registo vídeo/áudio ser acedido neste [link](#).

Palácio de São Bento, 18 julho 2019.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 178/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Sales
Carla Cruz
Catarina Marcelino
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
João Marques
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Soares
Luís Vales
Maria Antónia de Almeida Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Ana Oliveira
Ana Rita Bessa
António Topa
Cristóvão Norte
Jamila Madeira
Joana Lima
Maria Lopes
Maria da Luz Rosinha
Maria Manuela Tender
Rui Riso
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
Luís Graça
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Teresa Caeiro

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a seguinte Senhora Deputada:

Ângela Guerra